



Simulado Especial

ALMS

Técnico Legislativo
Área Administrativa

Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **AL-MS**, cargo de **Técnico Legislativo - Área Administrativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/RgM65RtN1gCKrom67>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/GXho>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1****A segunda vida da saudade**

A saudade é uma repescagem. Pela saudade, você descobre que ama alguém mais do que imaginava: é uma necessidade de companhia despertada pela solidão mais funda.

A saudade é um GPS do coração. Você se vê desorientado, longe de um destino, e percebe o valor de uma presença que completa o seu humor, acolhe seus defeitos e ilumina seus dias.

É uma lembrança a dois. Diferente da nostalgia, que é pessoal e intransferível, a saudade se partilha, sofre junto. A nostalgia é encerrada; a saudade é um sentimento em progresso.

Pela saudade, você revisa seus atos e reconhece suas limitações. Não é julgamento do outro, mas de si mesmo com o outro. Uma justiça emocional que tenta consertar omissões e faltas de gentileza.

Ela começa no medo para vencer o medo. Ensina coragem para defender sua autenticidade, enfrentando preconceitos e opiniões alheias. Fortalece vínculos, aponta quem merece permanecer.

A saudade não deixa ninguém para trás. Emparelha almas, sincroniza pensamentos. Consegue ser perdão e gratidão ao mesmo tempo.

É a memória, no período de escassez, de tudo o que foi bom. Um trailer do fim que não queremos assistir. Uma despedida dentro do encontro. Um adeus ensaiado que vira vínculo duradouro e definitivo.

Texto Adaptado. CARPINEJAR, Fabrício. A segunda vida da saudade. O Tempo, 26 set. 2025. Disponível em <https://www.otempo.com.br/opiniao/fabricio-carpinejar/2025/9/26/a-segunda-vida-da-saudade>. Acesso em: 26 out. 2025.

1. De acordo com o texto, a diferença entre saudade e nostalgia é que

- a) a saudade é algo que se pode dividir e criar junto com alguém, já a nostalgia é lembrança particular.
- b) a saudade é privativa e a nostalgia depende da presença do outro.
- c) a saudade provoca sofrimento, enquanto a nostalgia desperta apenas lembranças agradáveis.
- d) a saudade se refere apenas ao passado, enquanto a nostalgia projeta o futuro.
- e) a saudade enfraquece os vínculos afetivos, enquanto a nostalgia os fortalece

2. A construção dos sentidos no texto sugere que

- a) a saudade deve ser evitada, porque fragiliza emocionalmente quem a experimenta.
- b) a saudade impede o amadurecimento emocional das pessoas.
- c) a experiência da saudade leva o sujeito a reinterpretar suas relações e atitudes.
- d) quando há rompimento definitivo entre as pessoas, qualquer lembrança deve ser evitada.
- e) a saudade depende exclusivamente da passagem do tempo para existir

3. O autor recorre a antônimos no contexto da frase:

- a) Um adeus ensaiado que vira vínculo duradouro e definitivo
- b) Um trailer do fim que não queremos assistir
- c) Consegue ser perdão e gratidão ao mesmo tempo
- d) Uma despedida dentro do encontro
- e) É a memória, no período de escassez

A saudade é um GPS do coração. Você se vê desorientado, longe de um destino, e percebe o valor de uma presença que completa o seu humor, acolhe seus defeitos e ilumina seus dias.

4. Os termos sublinhados, no trecho do texto acima, referem-se, respectivamente, a

- a) valor - humor - humor
- b) destino - presença - você
- c) presença - você - você
- d) presença - humor - defeitos
- e) valor - humor - defeitos

A saudade é um GPS do coração.

5. No trecho acima, a figura de linguagem predominante é:

- a) Antítese.
- b) Comparação.
- c) Hipérbole.
- d) Eufemismo.
- e) Metáfora

Você se vê desorientado, longe de um destino

6. No contexto em que se encontra, o pronome “se” sublinhado acima

- a) indica indeterminação do sujeito.
- b) expressa ideia de reflexividade.
- c) indica que o sujeito é paciente.
- d) introduz oração que expressa uma condição.
- e) indica reciprocidade

7. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) Não é julgamento do outro = Não se trata de determinar o comportamento alheio
- b) omissões e faltas de gentileza = ausências inevitáveis e gestos indelicados.

c) aponta quem merece permanecer = revela aqueles que devem insistir.

d) no período de escassez = em momentos de carência

e) vínculo duradouro e definitivo = relação forte e fugaz

Pela saudade, você descobre que ama alguém mais do que imaginava

8. Na frase acima, a forma verbal “imaginava” expressa

- a) um comportamento pontual e concluído no passado.
- b) uma ação passada contínua, que serve de base para a descoberta atual.
- c) uma hipótese não realizada, expressando irrealidade do fato.
- d) uma ação habitual, coerente com a revelação ao narrador.
- e) uma atividade simultânea a outra no presente

9. Estão indicadas uma causa e sua consequência, nesta ordem, na relação entre as seguintes frases:

- a) O pesquisador defendia com convicção suas hipóteses, contudo os dados refutavam os resultados obtidos.
- b) A comissão, embora pressionada por prazos exíguos, adiou a divulgação do relatório.
- c) O gestor anunciou cortes significativos no orçamento devido à crise econômica.
- d) A estudante revisou cuidadosamente o texto, pois em seguida ele seria avaliado pela banca.
- e) A negligência na manutenção dos equipamentos comprometeu a segurança do laboratório, de modo a ocasionar o acidente

10. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

- a) O projeto de que participei e a pesquisa a que me referi foram aprovados.
- b) O pesquisador que apresentou a tese que discordo não está presente agora.
- c) Os valores de que acredito sustentam da minha conduta.
- d) O contratante não aceitou à proposta de que concordei.
- e) As orientações às quais o aluno obedeceu visavam o aperfeiçoamento

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Uma equipe de botânicos está monitorando o crescimento de uma espécie rara de planta em uma estufa experimental. O número de sementes produzidas por safra segue uma sequência lógica específica:

1, 2, 3, 6, 7, 8, 21, 22, 23, 66, 67, 68, ...

Mantendo-se o padrão observado pelos pesquisadores, o total de sementes produzidas na décima quarta safra (o décimo quarto termo) é:

- a) 229.
- b) 308.
- c) 282.
- d) 255.
- e) 202.

12. Uma oficina mecânica oferece um kit de reparo de motor por 4.200,00 reais e um conjunto de pneus por 2.500,00 reais. Um cliente, ao fechar o serviço completo, obteve um desconto de 5% no kit de reparo e pagou, pela soma dos dois itens, o valor total de 6.290,00 reais. Com base nessas informações, o desconto obtido pelo cliente sobre o preço anunciado do conjunto de pneus foi de:

- a) 6%.
- b) 7%.
- c) 8%.
- d) 9%.
- e) 10%.

13. Uma rede hoteleira está analisando o fluxo de hóspedes que optam por dois tipos de pacotes exclusivos: o pacote Ouro (*O*) ou o pacote Prata (*P*). Cada hóspede pode escolher apenas um desses pacotes para sua estadia. Sabe-se que a razão entre o número de hóspedes que escolheram o pacote Ouro e o número de hóspedes que escolheram o pacote Prata, nessa ordem, é igual a 0,2. Com base nessas informações, o número de hóspedes do pacote Prata corresponde, em relação ao número total de hóspedes da rede, a

- a) $\frac{3}{4}$
- b) $\frac{4}{5}$
- c) $\frac{5}{6}$
- d) $\frac{7}{8}$
- e) $\frac{8}{9}$

14. Cinco consultores trabalham cada um em um projeto exclusivo da empresa. Sabe-se que:

- Arthur e Jorge não trabalham no projeto de automação.
- Mauro e Fábio não trabalham no projeto de logística nem no de consultoria.
- Daniel não trabalha no projeto de expansão nem no de auditoria.
- Arthur não trabalha no projeto de logística.
- Daniel não trabalha no projeto de logística nem no de consultoria.
- Fábio não trabalha no projeto de auditoria.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- a) Arthur trabalha no projeto de consultoria.
- b) Daniel trabalha no projeto de expansão.
- c) Fábio trabalha no projeto de automação.
- d) Jorge trabalha no projeto de auditoria.
- e) Mauro trabalha no projeto de logística.

15. Uma empresa de logística possui um estoque de caixas superior a 130 unidades. Quando as caixas são organizadas em paletes de 3 unidades cada, sobra exatamente uma caixa. Quando são organizadas em paletes de 4 unidades cada, também sobra uma caixa. No entanto, ao serem organizadas em grupos de 7 unidades, não sobra nenhuma caixa. Sendo x o menor número natural de caixas que satisfaz essas condições, a soma dos algarismos de x é:

- a) 19.
- b) 7.
- c) 10.
- d) 9.
- e) 11.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

16. À luz da Lei nº 6.278/2024, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa CORRETA acerca da readaptação e da reversão do servidor público:

- a) A readaptação depende da existência de cargo vago e, caso inexistente, o servidor deverá aguardar em disponibilidade até a abertura da vaga.
- b) A readaptação pode implicar redução remuneratória, desde que compatível com o novo cargo exercido pelo servidor.
- c) A reversão somente poderá ocorrer por requerimento do servidor aposentado, sendo vedada a reversão de ofício pela Administração.
- d) A reversão poderá ser efetivada em cargo diverso daquele anteriormente ocupado, ainda que resulte em remuneração inferior aos proventos da inatividade.
- e) A reversão do servidor aposentado por invalidez dá direito, em caso de nova aposentadoria, à contagem do tempo de serviço computado na aposentadoria anterior.

17. À luz dos arts. 226, 227 e 228 do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo, assinale a alternativa CORRETA acerca das penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores:

- a) A advertência será aplicada verbalmente nos casos de transgressão disciplinar leve, dispensado o registro no assentamento funcional do servidor.
- b) A suspensão poderá exceder noventa dias nos casos de falta grave, desde que haja reincidência específica.
- c) O servidor suspenso mantém as vantagens e direitos do cargo, salvo se houver conversão da penalidade em multa.
- d) A pena de multa é aplicável exclusivamente ao servidor ativo que pratique transgressão disciplinar de natureza média.
- e) A pena de multa pode ser aplicada ao servidor inativo ou em disponibilidade que tenha praticado, na atividade, transgressão disciplinar de natureza média.

18. De acordo com a Lei nº 6.279/2024, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa CORRETA quanto aos conceitos nela definidos:

- a) Classe corresponde à posição ocupada pelo servidor na escala de vencimentos, identificada por referência e classe.
- b) Promoção vertical consiste na mudança do servidor de uma referência de vencimento para a imediatamente subsequente, dentro da mesma classe.
- c) Carreira é definida como o conjunto de carreiras, cargos isolados e funções de confiança que integram a Assembleia Legislativa.
- d) Promoção horizontal consiste na mudança do servidor de uma referência de vencimento para a imediatamente subsequente, dentro da mesma classe do cargo que ocupa.

e) Padrão de vencimento corresponde a cada um dos níveis de vencimento básico contidos nas classes salariais.

19. Com base nos arts. 27 e 28 da Lei nº 6.279/2024, que tratam do desenvolvimento funcional dos servidores efetivos da Carreira Legislativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O desenvolvimento funcional é aplicável a todos os cargos do Poder Legislativo, incluindo cargos em comissão, e tem como finalidade exclusiva a progressão remuneratória.
- b) O desenvolvimento funcional está estruturado em cinco classes, cada uma contendo três referências, sendo realizado exclusivamente por meio de promoção vertical.
- c) A promoção horizontal consiste na mudança do servidor para classe imediatamente superior, após interstício mínimo de vinte e quatro meses de efetivo exercício.
- d) A promoção horizontal ocorre com mudança de referência dentro da mesma classe, exigindo interstício de doze meses na primeira referência e de vinte e quatro meses na segunda, com acréscimo pecuniário de três por cento entre as referências.
- e) As ausências, licenças e afastamentos autorizados pelo Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo não são computados como tempo de efetivo exercício para fins de promoção horizontal.

20. À luz do art. 232, que disciplina as circunstâncias agravantes e atenuantes da penalidade disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A prática de transgressão disciplinar mediante promessa de recompensa constitui circunstância atenuante, por revelar influência externa sobre a conduta do servidor.
- b) A coação resistível para a prática da transgressão disciplinar é considerada circunstância agravante, por não excluir a voluntariedade do agente.
- c) A coação, a instigação ou o uso de influência sobre outro servidor para a prática de transgressão disciplinar constituem circunstâncias agravantes da penalidade.
- d) A prática de mais de uma transgressão disciplinar decorrente da mesma ação ou omissão configura circunstância atenuante, por revelar unidade de conduta.
- e) A execução de transgressão disciplinar com o concurso de duas ou mais pessoas é circunstância atenuante, por diluir a responsabilidade individual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Conforme a Constituição Federal de 1988, entre as hipóteses de competência legislativa privativa da União, assinale a alternativa correta.

- a) Legislar sobre proteção à infância e juventude e sobre metalurgia e jazidas, por se tratar de temas de interesse nacional.
- b) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- c) Legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e proteção do meio ambiente.

d) Legislar sobre direito tributário, financeiro e penitenciário, por serem matérias inseridas no campo de competência concorrente.

e) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de bens de valor histórico, artístico ou cultural.

22. Imagine que o Presidente da República tenha cometido crime de responsabilidade e que um Ministro de Estado também tenha cometido crime de responsabilidade, conexo ao atribuído ao Presidente. Considerando apenas esses dados, assinale a alternativa correta quanto à competência privativa para processar e julgar o Presidente da República, bem como quanto à competência indicada na alternativa sobre outros agentes.

- a) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do STF, que também julga Ministros de Estado, privativamente, nos crimes de responsabilidade.
- b) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do Senado Federal, que também processa e julga Ministros de Estado, privativamente, nas infrações penais comuns.
- c) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do Senado Federal, que também processa e julga, privativamente, os membros do CNMP nos crimes de responsabilidade.
- d) A competência para processar e julgar o Presidente é do Senado Federal, e a competência para processar e julgar o Ministro de Estado é do STF.
- e) A competência para processar e julgar o Presidente é do STF, e a competência para processar e julgar o Ministro de Estado é do Senado Federal.

23. Salvo as hipóteses excepcionais previstas na Constituição Federal de 1988, os magistrados são assegurados por garantias institucionais. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que corresponde a uma garantia constitucional típica da magistratura.

- a) Estabilidade no cargo.
- b) Irredutibilidade de subsídio.
- c) Imunidade material.
- d) Imunidade processual.
- e) Independência funcional.

24. Uma associação pretende compelir o Poder Público a implementar programa previsto em norma constitucional de eficácia limitada, ainda não regulamentada, sustentando que a omissão viola um direito fundamental. No mandado de segurança, pede liminar para imediata execução da política pública, argumentando que a previsão constitucional seria suficiente para demonstrar o direito invocado. A autoridade coatora afirma que a pretensão depende de regulamentação e de escolhas administrativas, exigindo produção probatória e definição de extensão do suposto direito. Considerando o regime do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) O mandado de segurança é cabível, pois toda norma constitucional cria direito exigível de pronto, independentemente de regulamentação.
- b) O mandado de segurança é incabível, pois o direito invocado não é demonstrável de plano e depende de regulamentação e delimitação prévias.
- c) O mandado de segurança é cabível, desde que a associação comprove urgência e apresente plano detalhado de execução da política pública.
- d) O mandado de segurança é cabível, porque a existência de dúvida sobre a extensão do direito não impede a via mandamental, bastando plausibilidade.

e) O mandado de segurança é incabível apenas quando houver necessidade de perícia, sendo cabível se a prova for exclusivamente documental.

25. Um brasileiro naturalizado tem a naturalização questionada após surgir indício de fraude documental no procedimento. O Ministro de Estado da Justiça edita ato administrativo cancelando a naturalização e declara, de imediato, a perda da nacionalidade. O interessado impugna a medida, sustentando que a Administração não pode criar nem aplicar novos casos de perda de nacionalidade fora do que está previsto na Constituição. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A perda da nacionalidade depende de decisão judicial e não pode ser declarada por ato administrativo, ainda que exista fraude no procedimento.
- b) A perda da nacionalidade pode ser declarada por ato do Ministro, desde que garantidos contraditório e ampla defesa em processo administrativo.
- c) A perda da nacionalidade pode ser declarada administrativamente, com controle judicial posterior apenas para discutir a proporcionalidade da medida aplicada.
- d) A lei ordinária pode criar novas hipóteses de perda de nacionalidade, desde que mantenha coerência com a Constituição e com tratados internacionais.
- e) Tratado internacional pode estabelecer novas hipóteses de perda de nacionalidade, desde que haja decreto interno que discipline a execução do compromisso.

26. Um cidadão, filiado a partido político e com pretensão de concorrer a cargo eletivo, foi condenado definitivamente em ação penal. Na sentença, a pena privativa de liberdade foi substituída por pena restritiva de direitos, e ele não chegou a ser recolhido ao cárcere. Ao requerer certidão de quitação eleitoral, sustenta que não houve suspensão de seus direitos políticos, porque não está preso e porque a pena aplicada não foi de reclusão. À luz do entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) Não há suspensão, pois ela depende de efetivo recolhimento à prisão e de pena privativa de liberdade em execução.
- b) Há suspensão enquanto durarem os efeitos da condenação, ainda que a pena tenha sido substituída por restritiva de direitos.
- c) Há suspensão apenas se o crime for doloso e consumado, pois crimes culposos ou tentados não geram esse efeito.
- d) Não há suspensão, pois a substituição da pena afasta qualquer consequência eleitoral, salvo decisão expressa do juiz eleitoral.
- e) Há suspensão apenas se houver declaração administrativa específica, já que a Justiça Eleitoral deve avaliar caso a caso.

27. Em procedimento para formação de lista sêxtupla destinada ao preenchimento de vaga pelo quinto constitucional em tribunal com jurisdição regional, o Conselho Federal da OAB aplica regra que exige do advogado tempo mínimo de inscrição na seccional com abrangência sobre a área de competência do tribunal. Um advogado com longa atuação profissional e inscrição principal em outra seccional impugna a exigência, alegando violação à isonomia e criação de barreira indevida ao acesso à vaga. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A regra é inconstitucional, pois cria restrição territorial incompatível com a participação nacional da advocacia no quinto.

b) A regra é constitucional, pois permite critério objetivo de aderência regional para a lista, com afastamento apenas se impossível preenchê-la.

c) A regra é inconstitucional, pois limita a discricionariedade da classe e transforma o procedimento em seleção territorial obrigatória.

d) A regra é constitucional, pois dispensa a avaliação de reputação e de saber jurídico quando houver o requisito temporal de inscrição.

e) A regra é inconstitucional, pois só a lei poderia criar requisito adicional ao quinto, sendo vedada disciplina por ato corporativo.

28. A Constituição Federal, no art. 5º, inclui a liberdade entre os direitos fundamentais. Sobre a liberdade de associação, disciplinada em diversos incisos do mesmo artigo, assinale a alternativa correta.

a) A liberdade de associação é ilimitada, inclusive quanto a associações de natureza militar.

b) A constituição de associações deve obedecer ao princípio da unicidade, de modo que, na mesma base territorial (no mínimo, um município), somente uma associação com a mesma finalidade pode existir.

c) Associações com finalidade ilícita podem ser dissolvidas compulsoriamente por decreto do Prefeito, desde que assegurados contraditório e ampla defesa, pois direitos fundamentais não são absolutos.

d) Entidades associativas, quando houver autorização expressa, possuem legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente. No mandado de segurança coletivo, porém, há substituição processual, sendo desnecessária autorização individual dos associados para a impetração.

e) Não afronta a liberdade associativa a exigência legal de comprovação de vínculo cooperativo como condição para fruição de benefício assistencial no período do defeso.

29. Lei do Estado Alfa estabeleceu responsabilidade solidária do profissional de contabilidade quanto ao pagamento de tributos e penalidades pecuniárias, quando suas ações ou omissões concorrerem para infração à legislação tributária. À vista do caso, assinale a alternativa correta.

- a) A norma estadual é constitucional, pois o direito tributário é de competência concorrente e a atuação da União com normas gerais não impede disciplina estadual ampla.
- b) A norma estadual é formalmente inconstitucional, por invadir a competência da União para editar normas gerais em matéria tributária.
- c) A norma estadual é inconstitucional, porque a disciplina da responsabilidade de terceiros por infração tributária integra competência privativa da União.
- d) A norma estadual é formalmente inconstitucional, porque apenas lei complementar estadual poderia dispor sobre a responsabilização de terceiros por infrações tributárias.
- e) A norma é constitucional, pois se trata de competência residual dos estados, inexistindo previsão constitucional de atuação da União ou dos Municípios na matéria.

30. À luz da Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as hipóteses constitucionais. Sobre cargos em comissão e funções de confiança, assinale a alternativa incorreta.

- a) Funções de confiança e cargos em comissão são providos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- b) As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- c) Funções de confiança e cargos em comissão destinam-se apenas a atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) Cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoas sem vínculo efetivo, conforme casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

e) Cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração e não exigem concurso público.

31. João, grande produtor de soja e politicamente influente, foi denunciado por crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça declarou suspeição, por foro íntimo, para atuar no feito. Conforme o texto constitucional e a orientação do STF, a competência para processar e julgar João é:

- a) do Superior Tribunal de Justiça.
- b) do próprio Tribunal de Justiça, mediante convocação de substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) de Juiz de Direito.

32. Considere as afirmativas:

- I. É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- II. Veda-se distinção de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei e trabalhada pela família, é impenhorável para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. É reconhecida a instituição do júri, com organização definida em lei, assegurada a competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida.

Há direito ou garantia individual, nos termos da Constituição Federal, apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

33. Sobre a divisão e coordenação dos Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, como Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) Constitui função atípica do Poder Executivo praticar atos de chefia de Estado, chefia de governo e administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário tutelar direitos previstos na Constituição e nas leis, não podendo exercer função legislativa, nem mesmo atipicamente.
- d) Compete ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar Ministros de Estado.

- e) No Estado brasileiro, não há separação absoluta de Poderes, pois se dividem funções típicas do Estado (legislar, administrar e julgar), que não são exercidas com exclusividade, já que cada Poder pode, nos casos previstos na Constituição, exercer funções típicas de outro.

34. De acordo com as normas sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça tem sede na capital federal, mas não possui jurisdição, por se tratar de órgão administrativo voltado ao controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário.
- b) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão máximo do Poder Judiciário e tem como função principal a guarda da Constituição Federal.
- c) O Tribunal de Contas da União integra o Poder Judiciário e realiza controle de legalidade, não exercendo jurisdição.
- d) O Conselho Nacional de Justiça, com sede na capital federal, compõe-se de quinze membros, e todos são nomeados pelo Presidente da República após aprovação da maioria absoluta do Senado, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- e) A vitaliciedade garante que o magistrado só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, sendo adquirida no primeiro grau imediatamente com a posse.

35. João, brasileiro nato, reside na Espanha há 15 anos e, por vontade própria, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, praticou ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, e o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Sobre os casos, conforme a Constituição Federal, assinale a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, por ter optado pela nacionalidade espanhola.
- b) José não pode ter a naturalização cancelada, pois o Estado não pode retirar a nacionalidade de quem já é nacional.
- c) A perda da nacionalidade de João somente poderá ser declarada se houver pedido expresso perante autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José pode ocorrer por decreto do Presidente da República, em razão do ato atentatório narrado.
- e) A Constituição Federal não prevê hipótese de declaração de perda de nacionalidade, mesmo havendo pedido expresso.

36. Conforme o art. 92 da Constituição Federal, assinale a alternativa que não indica órgão integrante do Poder Judiciário.

- a) Tribunal Regional do Trabalho.
- b) Juiz Eleitoral.
- c) Conselho Nacional de Justiça.
- d) Superior Tribunal de Justiça.
- e) Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

37. À luz do art. 37 da Constituição Federal, sobre cargos em comissão e funções de confiança, assinale a alternativa incorreta.

- a) As funções de confiança são privativas de servidores ocupantes de cargo efetivo, não podendo ser exercidas por pessoas estranhas ao quadro da Administração.

b) Os cargos em comissão podem ser providos por pessoas que não integrem carreira pública, observados os casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

c) Tanto os cargos em comissão quanto as funções de confiança têm por finalidade o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) A nomeação para cargo em comissão independe de aprovação em concurso público, por se tratar de hipótese expressamente ressalvada no texto constitucional.

e) As funções de confiança e os cargos em comissão devem ser integralmente preenchidos por servidores de carreira, em percentuais fixos e uniformes para toda a Administração Pública, direta e indireta.

38. Sobre o direito fundamental de liberdade de associação, tal como previsto na Constituição Federal e interpretado pelo STF, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Governador, por decreto motivado, pode determinar a dissolução de associação com finalidade ilícita, especialmente quando houver risco à ordem pública.
- b) Embora a dissolução definitiva não possa ocorrer por liminar, o Judiciário pode suspender provisoriamente as atividades da associação, especialmente se houver caráter paramilitar.
- c) Entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar judicial ou extrajudicialmente os interesses de seus associados.
- d) Quando a associação atua como substituta processual, defendendo em juízo direitos de toda a categoria, dispensa-se a outorga individual de procuração pelos associados.
- e) A exclusão de associado por razões ideológicas insere-se na autonomia interna da entidade, desde que observados estatuto, contraditório e ampla defesa, sem controle estatal do mérito.

39. Sobre a estrutura dos princípios fundamentais na CF/1988 e a distinção entre fundamentos, objetivos e diretrizes de atuação internacional, assinale a opção correta.

- a) Soberania e cidadania representam objetivos a serem progressivamente alcançados, enquanto a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades formam a base identitária do Estado, servindo como fundamentos permanentes e imunes a escolhas políticas conjunturais.
- b) A prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos compõem o núcleo dos fundamentos internos do Estado, mas sua aplicação depende de legislação integrativa, razão pela qual só vinculam a administração pública quando houver norma infraconstitucional que discipline sua execução.
- c) Os fundamentos descrevem opções estruturantes que qualificam o Estado e a ordem política, ao passo que os objetivos indicam metas constitucionais de atuação voltadas à transformação social; além disso, os parâmetros de relações internacionais funcionam como vetores de conduta externa, sem se confundirem com fundamentos ou objetivos.
- d) A separação de poderes e o pluralismo político são tratados como objetivos constitucionais de governo, de modo que podem ser modulados por escolhas legislativas, inclusive com ampliação de mecanismos de concentração decisória, desde que preservada a eficiência administrativa e a estabilidade institucional.
- e) Os objetivos constitucionais têm natureza meramente política e não possuem densidade normativa para atuar como parâmetro de controle, razão pela qual servem apenas como inspiração interpretativa, sem aptidão para sustentar invalidação de leis ou atos normativos.

40. Sobre direitos e deveres individuais na CF/1988, assinale a opção correta.

- a) A inviolabilidade do domicílio impede o ingresso na casa, ainda que durante o dia, quando houver determinação judicial.

- b) A liberdade de expressão é absoluta, não admitindo responsabilização civil ou penal posterior.
- c) O direito de reunião exige autorização prévia do poder público e pode ocorrer com armas, se pacífica.
- d) A proteção à intimidade e à vida privada admite indenização por dano material ou moral quando houver violação.
- e) O direito de propriedade afasta, em qualquer hipótese, a possibilidade de desapropriação por utilidade pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

41. Um servidor da Agência Estadual de Vigilância Sanitária de Mato Grosso do Sul, no exercício de suas atribuições legais, realizou a interdição imediata de um restaurante localizado em Campo Grande, após constatar que o estabelecimento funcionava em desacordo com as normas sanitárias estaduais vigentes.

A atuação do servidor público caracteriza o exercício:

- a) do poder regulamentar, pois permite à Administração criar normas abstratas e gerais para disciplinar atividades privadas.
- b) do poder hierárquico, que autoriza a Administração a aplicar sanções diretamente aos particulares.
- c) do poder de polícia, que possibilita à Administração Pública restringir o uso de bens e o exercício de atividades individuais em benefício do interesse público.
- d) do poder disciplinar, voltado à apuração de infrações cometidas por servidores públicos estaduais.
- e) da discricionariedade administrativa, que afasta a necessidade de previsão legal para a prática do ato.

42. O Secretário de Estado de Infraestrutura de Mato Grosso do Sul editou ato administrativo de natureza discricionária determinando a rescisão de um contrato administrativo, explicitando expressamente que a decisão se baseava em suposto descumprimento contratual pela empresa contratada.

Posteriormente, ficou comprovado que os fatos apontados como fundamento do ato não existiram.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) o ato não pode ser questionado judicialmente, pois se trata de ato discricionário quanto ao mérito administrativo.
- b) a explicitação dos motivos transforma o ato em vinculado, impedindo sua revisão pela própria Administração.
- c) o ato somente poderá ser revogado pela Administração Pública, por conveniência e oportunidade.
- d) o ato é passível de anulação pelo Poder Judiciário, com fundamento na Teoria dos Motivos Determinantes, diante da inexistência dos motivos declarados.
- e) o ato permanece válido, pois a motivação não integra os elementos do ato administrativo discricionário.

43. O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei criando a Secretaria de Estado de Proteção ao Pantanal, com estrutura própria e cargos necessários ao seu funcionamento. Anos depois, pretende extinguir essa Secretaria por meio de decreto, alegando reorganização administrativa.

Considerando as regras sobre a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que a Secretaria de Estado:

- a) possui personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, podendo ser criada e extinta por decreto do Governador.

b) integra a Administração Indireta e depende de lei específica apenas para sua criação.

c) é órgão da Administração Direta e somente pode ser criada e extinta por lei, admitindo-se decreto apenas para extinguir cargos vagos.

d) resulta da descentralização administrativa e pode ser livremente reorganizada pelo Chefe do Executivo.

e) pode ser criada por lei e extinta por decreto, desde que não haja aumento de despesas.

44. O Estado de Mato Grosso do Sul criou, por lei, uma entidade denominada Agência Estadual de Desenvolvimento Regional, com personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e atuação voltada à execução de políticas públicas de fomento econômico.

Sobre essa entidade, é correto afirmar que:

- a) trata-se de órgão da Administração Direta, pois executa políticas públicas típicas do Estado.
- b) integra a Administração Indireta, pois possui personalidade jurídica distinta do ente que a instituiu.
- c) somente poderá existir se vinculada hierarquicamente ao Governador do Estado.
- d) não poderá gozar de prerrogativas do regime de direito público, ainda que seja uma autarquia.
- e) passa a integrar a Administração Direta após o início de suas atividades.

45. Um Diretor de Departamento da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul deixou de decidir um processo administrativo dentro do prazo legal. Diante da omissão, o Secretário de Estado decide assumir temporariamente a decisão do processo, para evitar prejuízos à população.

Essa conduta do Secretário caracteriza o exercício do poder:

- a) disciplinar, por substituir o agente omissor.
- b) de polícia, por interferir na atividade administrativa.
- c) regulamentar, por reorganizar a atuação do órgão.
- d) hierárquico, por chamar para si competência de subordinado.
- e) correicional, por apurar falha funcional.

46. Um empresário forneceu documentos falsos para que um servidor estadual de Mato Grosso do Sul direcionasse uma licitação em seu favor. O esquema foi descoberto, e ficou comprovado que o particular participou ativamente da prática do ato ilícito.

À luz da Lei nº 8.429/1992 e do entendimento do STF, é correto afirmar que:

- a) apenas o servidor público pode responder por improbidade administrativa.
- b) o particular não responde por improbidade, mas apenas por ilícito penal ou civil.
- c) o particular pode responder por ato de improbidade administrativa, se comprovada sua participação no ilícito.
- d) o particular somente responderá se ocupar cargo público no momento dos fatos.
- e) a responsabilização do particular depende de prévia condenação do agente público.

47. Segundo a Lei nº 14.133/2021, a regra geral para a duração dos contratos administrativos é:

- a) vigência limitada a 12 meses, vedada prorrogação.
- b) vigência definida no edital, observada a disponibilidade de créditos orçamentários em cada exercício financeiro e a previsão no PPA quando o prazo ultrapassar 1 ano.
- c) prazo máximo de 5 anos para todo e qualquer contrato administrativo.
- d) vigência indeterminada, desde que prevista no contrato.
- e) prazo fixado exclusivamente pelo gestor do contrato.

48. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, reajustamento em sentido estrito é:

- a) a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro baseada na análise da variação dos custos de mão de obra.
- b) a alteração do valor contratual em razão de acréscimos ou supressões do objeto.
- c) a aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato para refletir a variação efetiva do custo de produção.
- d) o aumento do valor contratado em razão de erro no orçamento estimado.
- e) a revisão contratual decorrente de fatos imprevisíveis.

49. Segundo a LGPD, a suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais pode ser aplicada:

- a) por prazo indeterminado, até decisão judicial definitiva.
- b) pelo prazo máximo de 6 meses, admitida prorrogação por igual período.
- c) exclusivamente após condenação criminal do controlador.
- d) apenas em conjunto com a aplicação de multa simples.
- e) somente em relação a bancos de dados públicos.

50. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, não constitui hipótese legal de classificação da informação aquela cuja divulgação possa:

- a) pôr em risco a integridade do território nacional.
- b) prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do país.
- c) comprometer atividades de inteligência, investigação ou fiscalização em andamento.
- d) causar constrangimento político à autoridade responsável pelo ato administrativo.
- e) pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população.

51. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, é direito do administrado perante a Administração Pública:

- a) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, os quais devem facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- b) exigir decisão favorável sempre que apresentar documentos antes do julgamento do processo.
- c) ser representado obrigatoriamente por advogado em todo processo administrativo.
- d) recorrer diretamente ao Poder Judiciário antes da decisão administrativa final.
- e) apresentar alegações e documentos somente após a decisão administrativa.

52. De acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a exigência de exame psicotécnico em concurso público é admitida quando:

- a) prevista exclusivamente no edital do concurso, desde que aplicada de forma isonômica a todos os candidatos.
- b) aplicada de maneira discricionária pela Administração Pública, desde que relacionada às atribuições do cargo.
- c) prevista em lei ou, alternativamente, no edital do concurso público, sendo dispensável a possibilidade de recurso.

d) expressamente prevista em lei, constar do edital do concurso, adotar critérios objetivos e científicos de avaliação e assegurar ao candidato a possibilidade de interposição de recurso.

e) exigida apenas em cargos que envolvam porte de arma ou exercício de atividade policial.

53. Nos termos do § 4º do art. 23 da Lei nº 8.429/1992, o prazo prescricional interrompe-se, entre outras hipóteses:

- a) pela instauração de processo administrativo disciplinar.
- b) pela citação válida do réu na ação de improbidade administrativa.
- c) pela publicação da sentença de improcedência, ainda que não confirmada por tribunal.
- d) pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- e) exclusivamente pelo trânsito em julgado da condenação.

54. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, para que seja celebrado acordo de não persecução civil, é obrigatório, entre outros requisitos:

- a) o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida, ainda que oriunda de agentes privados.
- b) a confissão formal do agente público e a aplicação imediata de sanção administrativa.
- c) a homologação pelo Tribunal de Contas competente.
- d) a celebração exclusiva antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- e) a homologação judicial apenas quando celebrado na fase de execução da sentença.

55. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que:

- a) o controlador realiza o tratamento de dados pessoais em nome de terceiro.
- b) o operador é a pessoa natural ou jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- c) o encarregado atua exclusivamente como fiscal interno do controlador, sem contato com titulares de dados.
- d) o operador toma decisões estratégicas sobre a finalidade do tratamento de dados pessoais.
- e) o encarregado é o canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

56. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, nos contratos de obras e serviços de engenharia:

- a) a medição será trimestral, salvo disposição contratual em sentido diverso.
- b) a medição ocorrerá apenas ao final da execução do objeto.
- c) a medição será mensal, sempre que compatível com o regime de execução.
- d) a medição dependerá de autorização do órgão de controle externo.
- e) a medição será anual, independentemente do regime de execução.

57. Nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, constitui motivo para extinção do contrato administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- a) a conveniência e oportunidade da Administração Pública, ainda que sem motivação formal.
- b) o atraso no pagamento por parte da Administração, independentemente do prazo ou da justificativa.
- c) a falência, a insolvência civil, a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

d) a alteração unilateral do contrato promovida pelo particular contratado.

e) a inexistência de cláusula contratual prevendo hipóteses de extinção.

58. Segundo jurisprudência do STF, é vedada, na Administração Pública, a nomeação de:

- a) servidores efetivos aprovados em concurso público para cargos em comissão.
- b) pessoas sem vínculo prévio com a Administração para cargos de assessoramento.
- c) agentes políticos eleitos para cargos de confiança.
- d) ocupantes de cargos técnicos que exijam qualificação específica.
- e) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, para cargos de direção, chefia ou assessoramento, bem como as nomeações recíprocas.

59. Segundo jurisprudência do STF, no contexto dos poderes e órgãos autônomos, é correto afirmar que:

- a) o Estado pode ser penalizado por descumprimento fiscal praticado por qualquer órgão integrante de sua estrutura administrativa.
- b) o Poder Executivo estadual responde por infrações fiscais cometidas por órgãos autônomos, em razão do princípio da unidade do Estado.
- c) é legítima a restrição à contratação de operações de crédito pelo Estado em razão de irregularidades fiscais de órgãos autônomos.
- d) o Estado não pode sofrer sanções por pendências financeiras ou infrações cometidas por outros Poderes ou órgãos autônomos, em respeito ao princípio da intranscendência.
- e) a responsabilidade do Estado por infrações fiscais é objetiva, independentemente do órgão responsável.

60. Considerando o princípio constitucional da legalidade, aplicado à atuação da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) o agente público somente pode atuar quando houver previsão legal que autorize sua conduta, devendo agir estritamente conforme o ordenamento jurídico.
- b) o administrador público pode afastar a aplicação da lei quando entender que o seu interesse assim exige.
- c) a Administração Pública possui liberdade ampla de atuação.
- d) o princípio da legalidade aplica-se apenas aos particulares, não vinculando a atuação administrativa.
- e) a conveniência administrativa prevalece sobre a lei sempre que demonstrada eficiência do ato.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

61. Um Técnico Legislativo recém-empossado observou que, em determinado setor da Assembleia, havia uma preocupação excessiva com o cumprimento rigoroso dos regulamentos internos e com a formalização documental de todos os atos, gerando lentidão no atendimento às demandas dos cidadãos. Por outro lado, o sistema garantia total impessoalidade e rastreabilidade das decisões. Segundo a evolução da Administração Pública no Brasil, essa situação descreve uma característica típica e uma disfunção, respectivamente, do modelo:

- a) Burocrático; caracterizada despersonalização dos atos administrativos.
- b) Gerencial; caracterizada pela ênfase nos resultados.
- c) Burocrático; caracterizada pelo apego às regras.
- d) Burocrático; caracterizada pela categorização do processo decisório.

e) Gerencial; caracterizada pela orientação para o cidadão-cliente.

62. Durante um curso de formação, o instrutor da Assembleia Legislativa explicou que não basta o governo ter apoio do Congresso para aprovar seus projetos, mas é necessário organizar o aparato do estado para entregar os seus serviços e garantir a satisfação do cidadão. Os conceitos descritos referem-se, respectivamente, a:

- a) Governabilidade e Governança.
- b) Governança e Accountability.
- c) Governabilidade, somente.
- d) Governança, somente.
- e) Accountability, somente.

63. A Nova Gestão Pública (NGP) trouxe conceitos do setor privado para o Estado, adaptando-os a realidade pública, em razão de convergências e distinções entre essas esferas. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A gestão pública é orientada pela produtividade, que se assemelha ao lucro na gestão privada.
- b) O empreendedorismo governamental defende que o Estado deve ser o único executor de serviços, realizando com eficiência os serviços prestados.
- c) Na liderança pública contemporânea, o foco deve ser autocrático, dada a natureza cogente e imperativa das normas administrativas.
- d) Uma das convergências entre os setores público e privado é que ambos operam sob as mesmas restrições legais e orçamentárias.
- e) O conceito de valor público é idêntico ao conceito de lucro acionário, mudando apenas a nomenclatura técnica para fins de balanço.

64. A Secretaria de Comunicação da AL-MS decidiu reorganizar sua estrutura. Ao invés de separar os servidores por suas funções, decidiu agrupá-los segundo critérios focados na imprensa oficial, no cidadão e redes sociais e na comunicação interna/servidores. Segundo Chiavenato, esse tipo de departamentalização é denominado:

- a) Funcional.
- b) Por Processos.
- c) Por Projetos.
- d) Por Clientes.
- e) Geográfica.

65. As organizações modernas buscam a flexibilidade e eficiência, adotando várias formas de se estruturar a depender de seus objetivos. Sobre os modelos de estrutura e departamentalização, assinale a alternativa correta:

- a) A estrutura linear caracteriza-se pela unidade de comando e linhas formais de comunicação, sendo ideal para organizações em ambientes instáveis.
- b) A departamentalização funcional é indicada para atividades repetitivas e especializadas, porém tende a gerar uma visão intraorientada nos especialistas.
- c) Na estrutura matricial, uma das maiores vantagens é a eliminação da duplicidade de comando, garantindo que cada subordinado responda a apenas um chefe.
- d) A departamentalização geográfica é recomendada para empresas que possuem uma unidade fabril e um produto de baixa complexidade.
- e) Estruturas do tipo adhocráticas são marcadas por rígida hierarquia, padronização de processos e baixa autonomia dos colaboradores.

66. Um Técnico Legislativo foi incumbido de desenhar o fluxo de tramitação de leis. Primeiro, ele registrou exatamente como o trabalho é feito, identificando gargalos e retrabalhos. Em seguida, realizou um novo fluxo, otimizando-o. Na gestão de processos

(BPM), essas etapas são conhecidas tecnicamente como:

- a) Fluxograma Vertical e Horizontal.
- b) Brainstorming e Benchmarking.
- c) Modelagem *as is* e *to be*.
- d) Eficiência e Eficácia.
- e) Planejamento Estratégico e Tático.

67. Durante o planejamento estratégico da AL-MS, identificou-se que há uma instabilidade na arrecadação de impostos estaduais que pode comprometer o orçamento da Casa e dificultar a nomeação de candidatos aprovados no concurso público recentemente realizado, que em razão dos seus elevados conhecimentos demonstrados no concurso, poderiam trazer melhorias nos processos internos do órgão. Levando em consideração o diagnóstico realizado, esses fatores são classificados, respectivamente, como:

- a) Fraqueza e Força.
- b) Ameaça e Oportunidade.
- c) Ameaça e Força.
- d) Fraqueza e Oportunidade.
- e) Oportunidade e Força.

68. O setor de almoxarifado recebeu diversas reclamações sobre a falta de material de escritório e a partir de sua análise detectou que a área de compras estava demorando sobremaneira para abrir o processo licitatório, gerando a falta de material. Além disso, o administrador responsável por dimensionar a demanda utilizou o modelo sazonal, quando deveria ter utilizado o modelo de demanda contínua, provocando distorções na análise das quantidades utilizadas pelos servidores. A ferramenta utilizada pelo almoxarife é conhecida como:

- a) Diagrama de Pareto.
- b) Diagrama de Ishikawa.
- c) Histograma.
- d) Folha de Verificação.
- e) 5W2H.

69. A busca pela excelência nos serviços públicos brasileiros ganhou força com o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública). Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O paradigma do cliente na gestão pública é criticado por alguns autores por poder reduzir o cidadão a um mero consumidor de serviços.
- b) A Gestão da Qualidade Total no setor público dispensa o uso do ciclo PDCA, pois o planejamento estatal é plurianual e imutável.
- c) A gestão por resultados foca primordialmente nos processos internos para gerar resultados na sociedade.
- d) O princípio da economicidade determina que o gestor deve escolher o menor preço.
- e) No modelo de excelência da FNQ, o critério lucratividade operacional é um dos mais importantes.

70. A gestão por processos visa otimizar fluxos de trabalho para entregar produtos e serviços que atendam a altos padrões de qualidade. Com relação aos processos organizacionais, aponte a alternativa correta.

- a) Os processos primários são multifuncionais, responsáveis pela criação dos produtos ou serviços.
- b) Os processos de gestão de processos executam atividades essenciais que visam cumprir a missão organizacional.
- c) Os processos de apoio focam na entrega de valor aos clientes.
- d) Os processos de controle não agregam valor diretamente ao cliente e são denominados processos primários.
- e) Os processos de apoio não são multifuncionais.

71. A gestão de projetos, na administração pública, nos últimos anos, passou a utilizar ferramentas que propiciam o planejamento e o devido acompanhamento dos projetos, visando que logrem o êxito esperado. O Guia PMBOK - *Guide to the Project Management Body of Knowledge* consiste numa referência nas melhores práticas, explicitando técnicas, a exemplo de(o)

- a) *Tailoring*, que consiste na substituição de metodologias preditivas, com aplicação estrita de novas abordagens.
- b) Escritório de projetos, que centraliza e organiza as técnicas e ferramentas da disciplina de gestão de projetos.
- c) Método do caminho crítico, que adota uma média ponderada entre os possíveis cenários para execução do projeto, dentro de uma lógica probabilística.
- d) Rede PERT que identifica e monitora o conjunto de tarefas que devem ser realizadas numa sequência logico-evolutiva e que não podem sofrer atrasos sob pena de comprometer o cronograma do projeto.
- e) Programas como um conjunto de projetos, com objetivos comuns, mas que devem ser gerenciados individualmente, para a obtenção de benefícios para cada projeto.

72. Mudanças significativas no ambiente externo das organizações vêm provocando transformações no ambiente interno e, sobretudo, a necessidade de se antecipar às mudanças, com vistas a assegurar a sobrevivência organizacional. Diversas ferramentas estão sendo adotadas com vistas à inovação e à execução do trabalho. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) O gerenciamento de um projeto, esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado padronizado, implica o estabelecimento de objetivos claros e alcançáveis.
- b) Para realizar projetos é necessário concentrar esforços nos projetos maiores, que tenham entregas alcançáveis, cujos prazos possam ser cumpridos, relacionando desde as entregas micro até as macroentregas.
- c) As partes interessadas de um projeto incluem o gerente funcional, responsável por fornecer recursos e suporte para o projeto, designar o gerente de projeto, autorizar mudanças no escopo, determinar prioridades e monitorar o projeto junto com o gerente de projeto.
- d) Um processo denominado medir o desempenho será classificado como processo de apoio, caso seja estratégico para a realização dos objetivos do órgão da administração pública.
- e) A gestão por processo possui como característica a ordenação específica de atividades, para transformar insumos em bens ou serviços, com identificação de inputs (entradas) e outputs (saídas).

73. A Assembleia Legislativa do MS lançou um novo portal onde o cidadão pode consultar a tramitação de projetos de lei, enviar sugestões aos deputados e solicitar certidões online, sem a necessidade de deslocamento físico. Simultaneamente, o portal possui uma área restrita para que o setor de compras da Assembleia interaja com fornecedores para cotação de preços de materiais de escritório. Essas duas formas de interação no Governo

Eletrônico são classificadas, respectivamente, como:

- a) G2G e G2C.
- b) G2C e G2B.
- c) G2E e G2B
- d) G2C e G2G.
- e) C2G e B2G.

74. Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, a AL-MS disponibiliza em seu site oficial, independentemente de solicitações, dados sobre a execução orçamentária, salários dos servidores e licitações em andamento. Não obstante, um cidadão solicitou, via protocolo, o acesso a um estudo técnico específico sobre pavimentação que não estava disponível no site, sendo atendido em 15 dias. Essas ações configuram, respectivamente:

- a) Transparência Passiva e Transparência Ativa.
- b) Transparência Fiscal e Transparência Social.
- c) Accountability Vertical e Accountability Horizontal.
- d) Transparência Ativa e Transparência Passiva.
- e) Publicidade Legal e Ouvidoria.

75. Para modernizar a gestão, a Diretoria Geral da Assembleia propôs um contrato com o setor de TI no qual o setor ganharia maior autonomia para comprar equipamentos e gerir seu orçamento e em troca, se comprometeria a reduzir em 30% o tempo de resposta aos chamados técnicos. Esse modelo representa pressupostos da:

- a) administração burocrática.
- b) administração gerencial.
- c) publicização.
- d) terceirização de serviços.
- e) privatização.

76. A Assembleia Legislativa resolveu monitorar a quantidade de leis aprovadas que tratavam de serviços sociais básicos disponibilizados à população, por um período de um ano, e tentou medir se, de fato, essas leis trouxeram melhoria na qualidade de vida da população, após dois anos em vigor, conforme justificativa do chefe Executivo na propositura das leis. Segundo a cadeia de valor público, esses indicadores são, respectivamente, de:

- a) Impacto e Insumo.
- b) Produto e Impacto.
- c) Eficiência e Economicidade.
- d) Processo e Produto.
- e) Insumo e Impacto.

77. O Ministério Público, em razão de uma denúncia, iniciou uma investigação de um ato administrativo de determinado deputado da Assembleia, constatando desvios das verbas parlamentares para fins diversos contrários à lei. Um eleitor, insatisfeito com a atuação do político, decidiu não o reeleger. Segundo a teoria política (O'Donnell), esses são exemplos de, respectivamente:

- a) Accountability Vertical e Accountability Horizontal.
- b) Accountability Horizontal e Accountability Vertical.
- c) Accountability Social e Accountability Burocrática.
- d) Controle Interno e Controle Externo.
- e) Transparência Ativa e Transparência Passiva.

78. Um Diretor emitiu uma ordem complexa por e-mail para seus subordinados e utilizou uma linguagem excessivamente técnica que os técnicos administrativos não compreenderam perfeitamente, resultando em erros na execução. Nesse caso, a linguagem inadequada atuou como uma barreira à comunicação do tipo:

- a) Barreira Física.
- b) Barreira Pessoal.
- c) Barreira Semântica.
- d) Feedback Inadequado.
- e) Canal Sobrecarregado.

79. Historicamente, a primeira grande reforma administrativa brasileira que tentou combater o nepotismo e profissionalizar a função pública através do princípio do mérito e da criação de carreiras de Estado, ocorreu:

- a) No Governo FHC, com o PDRAE.
- b) No Governo Vargas, com a criação do DASP.
- c) No Decreto-Lei nº 200/67, durante o Regime Militar.
- d) Na Constituição Federal de 1988.
- e) Na Reforma Administrativa do Governo Collor.

80. As funções do administrador abrangem o planejamento, organização, direção, comunicação e controle desempenhadas em diferentes níveis e áreas da organização, com o objetivo de alcançar metas pré-definidas, e que realizadas de forma cíclica e sistemática formam o processo administrativo. A base de atuação da função de resultados compõe o(a)

- a) Planejamento
- b) Organização
- c) Direção
- d) Controle
- e) Comunicação

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>